

Anatel considerará sugestões de condicionantes apresentadas pela TelComp ao avaliar o negócio de compra da Oi Móvel

Apesar de não aprovar a presença da representante das Operadoras Competitivas como terceira interessada na Anuência Prévia referente ao negócio, decisão indica que a Agência considerará argumentos que busquem o interesse público

São Paulo, 13 de setembro de 2021 – A TelComp - Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas vai continuar defendendo a necessidade de se adotarem, ao menos, rígidos condicionantes à venda da Oi Móvel para as três maiores empresas de telefonia do país mesmo após a Anatel não a incluir como terceira interessada nos autos da Anuência Prévia em que a Anatel analisa tal negócio.

Além disso, a TelComp acredita que a manifestação da Agência de que vai considerar suas preocupações e sugestões durante sua análise de tal é um fator positivo, mesmo não sendo possível participar formalmente do processo.

“Nossa intenção é que a posição das Operadoras Competitivas seja conhecida e considerada pelos conselheiros da Anatel e do Cade. Se pudéssemos estar presentes para explanar melhor nossos argumentos, seria mais produtivo. Mas entendemos como positiva a manifestação da Anatel porque indica que nossos alertas para os riscos da concentração de espectro e para os impactos negativos gerados por essa compra, da forma como foi inicialmente estruturada, serão considerados no processo”, afirma o Presidente da Telcomp, Luiz Henrique Barbosa.

Para o executivo, a venda da Oi Móvel para as três grandes operadoras de telecomunicações que operam no Brasil é um negócio que deverá ser aprovado, apesar dos inegáveis riscos ao mercado envolvidos. No entanto, a TelComp defende que a Anatel e o CADE precisam determinar sérias medidas para reduzir os impactos negativos de tal negócio, que prevê uma concentração de cerca de 98% do mercado nacional de telefonia móvel nas mãos de Claro, Vivo (Telefônica) e TIM.

A TelComp sugeriu uma série de condicionantes e remédios junto à Anatel e ao CADE, os quais são destinados a garantir acesso aos recursos de rede no atacado. “Temos preocupação com mercado secundário, compartilhamento, com a precificação de RAN Sharing, das MVNOs, porque esse mercado não cresce devido a preços de atacado superiores aos de varejo”, complementa Luiz Henrique Barbosa.

A TelComp defende medidas que garantam acesso à capacidade de rede. Além de roaming, uma reserva técnica obrigatória de até 20% da capacidade de rede para ofertar exclusivamente no atacado e exigência que Claro, Vivo (Telefônica) e TIM façam roaming com MVNOs, a exemplo do que faz atualmente a Oi Móvel, dentre outras.

“A experiência do setor comprovou o acerto de medidas que salvaguardaram um ecossistema independente, até agora. A existência de Operadoras Competitivas em cabos submarinos e em redes metropolitanas ou de longa distância, permitiu a

conquista de um significativo e importante market share, de cerca de 40%, no segmento de banda larga fixa”, explica o Presidente da TelComp.

Para Barbosa, há muito trabalho a ser feito pelo interior do país, em regiões rurais e de baixa densidade demográfica, onde as Operadoras Competitivas levam e garantem conexão de internet a preços com um tíquete bem acessível para a população local. “Temos que garantir a expansão desses serviços em todo o território nacional e para que isso possa acontecer é imprescindível que o espectro seja acessível às Competitivas”.

Sobre a compra dos ativos móveis da Oi pela Claro, Vivo (Telefonica) e TIM

Em recuperação judicial desde 2016, a Oi vem leiloando parte de seus negócios e, em dezembro do ano passado, um consórcio formado pelas operadoras Claro, Vivo (Telefônica), e TIM comprou, por R\$ 16,5 bilhões, as operações de telefonia móvel da Oi, em um leilão judicial que, em razão de características impostas por tais empresas, não contou com a participação de outros agentes.

Para a concretização da de tal compra, o referido negócio está sob análise tanto da Anatel quanto do CADE, as quais devem ser encerradas no final desse ano ou início de 2022.

Com mais de 33 milhões de linhas celulares, os usuários da Oi Móvel deverão ser distribuídos pelas operadoras do consórcio. Segundo informações públicas, a TIM deverá ficar com 14,5 milhões de contas, 40% do total; a Vivo (Telefônica) com 10,5 milhões, 28%; e a Claro com 11,5 milhões, 32%.

Sobre a TelComp

Fundada em janeiro de 2000, a TelComp reúne mais de 70 operadoras de telecomunicações e atua para promover a competição como alavanca para o desenvolvimento do setor. É uma entidade plural que representa os interesses de operadoras de telefonia fixa e móvel; banda larga e acesso à internet; TV por assinatura; data centers e serviços corporativos. Sua reputação institucional foi construída ao longo dos anos, a partir da coerência de seus posicionamentos na defesa de teses importantes para a o fomento à competição e o desenvolvimento das telecomunicações, a espinha dorsal da economia digital. Com legitimidade reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, é interlocutora no setor, representando suas Associadas perante os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e, em especial junto a Anatel, assim como Ministérios, Congresso, Governos Estaduais e Municipais, Tribunal de Contas da União e o CADE.